



## Do Castelo de Leiria ao Teatro Avenida: a trajetória de Miguel Franco

From Leiria Castle to the Avenida theater: the trajectory of Miguel Franco

Flavio Felicio Botton<sup>1</sup>

Resumo: Este trabalho pretende expor a carreira do dramaturgo que é considerado um dos grandes nomes do teatro histórico português do século XX, Miguel Franco, desde a sua estreia no teatro amador de Leiria até o momento em que recebe as homenagens de sua cidade natal, passando pela encenação de sua obra-prima, **O Motim**, em Lisboa. O delineamento dessa trajetória tem por objetivo perceber as motivações da obra dramática e histórica do autor.

Palavras-Chave: Miguel Franco; teatro português; teatro histórico

Abstract: This paper aims to expose the career of the playwright who is considered one of the greatest names of the Portuguese historical drama of the twentieth century, Miguel Franco, since his debut in amateur theater of Leiria until the moment it receives the homage of his hometown, through staging of his masterpiece, **O Motim**, in Lisbon. The design of this course aims at understanding the motivations of historical and dramatic work of the author.

Keywords: Miguel Franco ; Portuguese theater, historical drama

*“Mas eu não quis só fazer um drama, sim um drama de outro drama, e ressuscitar Gil Vicente a ver se ressuscitava o teatro” Almeida Garrett (Prefácio à primeira edição de Um auto de Gil Vicente).*

O Castelo de Leiria foi construído por D. Afonso Henriques como ponto estratégico na luta contra os mouros. Tomado pelos exércitos árabes por duas vezes, em ambas foi reconquistado de volta às linhas cristãs.

Convocadas por D. Afonso III, em 1254, foram lá reunidas as cortes que, pela primeira vez, congregaram nobreza, clero e povo, possibilitando a participação da classe até então calada nas decisões reais. O advento das cortes de Leiria seria conhecido posteriormente como o momento de criação do parlamento nacional português.

---

<sup>1</sup> Professor de Literatura Portuguesa e de História da Arte da Universidade do Grande ABC. Doutorando em Literatura Portuguesa pela Universidade de São Paulo, desenvolve tese sobre a obra de Miguel Franco.

Durante o reinado de D. Dinis, o rei trovador, serviu de palácio real por diversas ocasiões e, em meados de 1300, acabou sendo doado, junto com toda a povoação, à rainha santa Isabel, que passou a morar no castelo e lá criou o herdeiro do trono, o jovem Afonso, futuro Afonso IV de Portugal, o *Bravo*, tido como o primeiro grande financiador das explorações atlânticas.

Foi nesse espaço histórico e emblemático que, em junho de 1957, um ator, representando o papel de Gil Vicente, dirige-se à “corte” antes da encenação de sua peça **A Farsa de Inês Pereira**. Muito respeitosamente e à maneira vicentina, estando já pronto para assumir o papel de Pero Marques, ele explica ao público o enredo da farsa que se apresentará. Esse ator era Miguel Carlos Franco (★14-04-1918 †19-02-1988), também autor do **Prólogo** que a personagem recitara. Dava-se ali a estreia de um texto da lavra do autor. A mesma peça, também precedida pelo **Prólogo**<sup>2</sup>, foi montada nos anos seguintes, igualmente em espaços históricos. Em 1959, esteve nos claustros do mosteiro de Alcobaça e, em 1961, no Convento de Tomar.

Esse tipo de montagem, de uma peça teatral em espaço histórico, apesar de ser evento muito frequente em terras portuguesas, parece ser representativo da trajetória da obra de Miguel Franco, pois a história de Portugal, em seus eventos e com suas personagens, são a maior fonte em que se alimenta a dramaturgia do autor. No **Prólogo**, ele encarna o pai do teatro português. Em sua grande obra, **O Motim**, temos a revolta do povo do Porto contra a criação da Companhia de Vinhos do Alto Douro. As personagens de **A Legenda do cidadão Miguel Lino** anseiam pela chegada das tropas francesas como libertadoras, durante a primeira invasão do século XVIII. Percebe-se então, claramente, a história do país como a sua grande motivação dramática, embora haja alguns trabalhos seus fora desse domínio.

Além do exposto, há outro elemento caracterizador desse dramaturgo e ator, que seria a sua intensa participação cultural e política. Grande motivador cultural da cidade de Leiria, Miguel Franco foi o fundador, em 1950, do Grupo de Teatro Miguel Leitão cujas atividades acabam por transcender a sua cidade

---

<sup>2</sup> Esse prólogo foi intitulado “Fala de Gil Vicente a El-rey Dom João III e a Rainha Dona Caterina sua esposa em prólogo da representaçam da sua farsa de folgar Inês Pereira estando a corte em Leiria no verão de 1526”.

natal com duas participações bem-sucedidas nos concursos promovidos pelo Secretariado Nacional de Informação. A primeira, em 21 de setembro de 1959, leva ao palco a peça **Tá-Mar**, de Alfredo Cortez, que conta a história de pescadores da Nazaré. Nessa ocasião, o Grupo consegue, além do prêmio de Melhor Drama ou Tragédia, o de melhor ensaiador para Miguel Franco. Dois anos depois, agora no Teatro da Trindade, em Lisboa, em 24 de setembro de 1961, com a montagem da **Farsa de Inês Pereira**, antecedida mais uma vez pelo **Prólogo** do autor, o grupo alcança o prêmio de melhor comédia ou farsa, além do segundo lugar para Miguel Franco novamente como melhor ensaiador.

De volta a Leiria, os atores do grupo foram tratados como grandes estrelas. A conquista foi fortemente sentida pela sociedade leiriense, fato que pode ser tomado como um grande motivador das manifestações culturais da cidade.

Podemos dizer que a aparição do grupo é um dos pontos altos da história do teatro de Leiria. Já desde o nome da trupe, que homenageia importante figura do teatro leiriense, vê-se o intuito, não de criar uma manifestação nova, mas sim de ligar-se a uma tradição regional e nacional que deveria ser, na opinião de Franco, mais arrojadamente cultivada.

Miguel Joaquim Leitão, que dá nome ao grupo teatral fundado por Franco, nasceu em Leiria, em 1815, e foi diretor do Teatro São Pedro, assim como proprietário do camarote número 1 da casa de espetáculos. Pouca documentação existe sobre as peças que teriam sido lá encenadas e as que foram conservadas referem-se apenas a “espetáculos de declamações”. Sabemos, por outro lado, que, na cidade de Leiria, são vários os espaços dedicados à atividade. Além do já citado, havia o Teatro do Relego, o da Palha e do Farelo (ou do Sebo), conforme estudo de João Cabral (1980), sobre o Teatro Amador em Leiria.

A primeira grande intervenção de Miguel Leitão teria sido a proposta de construção do Teatro Dona Maria Pia, devido ao mau estado de conservação do Teatro São Pedro. Neste último, o que é também indicativo de uma razoável atividade teatral na cidade, desenvolveram-se as Sociedades Dramáticas de Leiria e a Sociedade Dramática Recreativa Leiriense.

A partir do ano de 1897, surge o Grupo Dramático Leiriense e a ele sucedem-se outras trupes teatrais amadoras até a década de 1940.

Até que, em 1950, como já foi dito, é fundado o Grupo que será dirigido por Miguel Franco e que fará, em suas primeiras encenações, mira na recuperação dos clássicos vicentinos. Franco e o grupo realizam diversas apresentações pelo país, procurando sempre os espaços abertos e/ou históricos para suas montagens.

Miguel Franco e o grupo sentem efetivamente pela primeira vez o peso das relações do mundo artístico com o regime salazarista e sua atuação censória ao tentarem encenar a peça **O Duelo**, de Bernardo Santareno. Estando já com a cenografia e os figurinos completos e pronta para ir à cena, volta o requerimento de apresentação com a negativa da censura. A montagem é proibida antes de sua estreia e nunca irá ao palco com o Grupo Miguel Leitão.

Ainda jovem, Miguel Franco assumiu cargo diretivo no Ateneu Desportivo de Leiria, associação a que levaria personalidades importantes da cultura e da literatura portuguesa. Nos eventos, chamados de “Conversas de sexta-feira à noite”, estiveram ministrando palestras, além de Bernardo Santareno, amigo pessoal de Franco, Rogério Paulo, Luís Francisco Rebello e Vitorino Nemésio.

Mais tarde, já em 1972, viria a organizar também os “Festivais de Artes de Leiria”, cujo ponto alto seria a montagem do encenador brasileiro Luiz Tito para a tragédia de Ésquilo, **Os Persas**, mais uma vez no Castelo de Leiria.

Enfim, resumindo o que se apresentou até aqui, um agitador cultural. Homem alegre, descontraído e espontâneo no convívio, mas rigoroso em seu trabalho, tinha uma concepção de teatro como algo que não se pode distanciar de uma atitude quase instintiva de escrever e de encenar. Definia-se como alheio a frases preconcebidas, alinhadas e de efeitos empolgantes. Falava de teatro como de uma necessidade, como um imperativo de todos os homens em torno da comunicação. Possivelmente, toda a experiência que tinha com as teorias teatrais, até então, vinha da prática de ator e do contato com outros

encenadores por quem foi dirigido nas inúmeras montagens teatrais de que participou quando jovem.

Dessa aptidão, que nasce para unir o teatro ao desejo de esclarecimento e de comunicação inerente aos homens, vem a relação também com a história. Miguel Franco possui a percepção do fato histórico como um acidente que deixará sempre marcas nas sociedades vindouras, no comportamento humano e nas instituições e, talvez por esse motivo, valha a pena ser revisitado.

Além disso, Franco acreditava que a arte deveria estar continuamente próxima do povo. Sempre insatisfeito, julgava que o teatro deveria ir à busca do público, organizando espetáculos que fossem, ao mesmo tempo, de entendimento popular, mas que também operassem como ferramenta para elevar a um outro patamar a sua percepção. Ou seja, um teatro que fosse um instrumento didático, função maior do gênero para o autor. Crítico contumaz do alargado distanciamento que se faz entre intelectuais e povo, Franco descrevia a população portuguesa como uma multidão cada vez mais distanciada e perdida daqueles que a deviam conduzir. E, ainda segundo ele, como a culpa nunca era do povo, a missão de resgate e reconciliação era dos intelectuais e dos homens da cultura.

Como se pode perceber, um posicionamento, em relação à educação cultural do povo, muito semelhante à de Lênin. O líder comunista sustentava que o verdadeiro conhecimento precisa ser ensinado ao proletário pelos intelectuais revolucionários, ao contrário de outros pensadores marxistas, como Lukács, por exemplo, que acreditava ser possível o aparecimento de uma verdadeira consciência dentro da própria classe trabalhadora (FREDERICO, 1997).

Com todos esses elementos em mente, nasce a sua maior e mais controversa obra, **O Motim**, baseado nos episódios da criação da Companhia de Vinhos do Alto Douro.

No dia 2 de dezembro de 1964, o Teatro Nacional D. Maria II<sup>3</sup> é consumido por um incêndio de grandes proporções. Inutilizado pelo fogo, o teatro é abandonado pela Companhia Amélia Rey Colaço–Robles Monteiro que prevê a estreia da temporada de 1965 para fevereiro, agora no Teatro Avenida.

O prédio do Avenida é reformado e recebe elogios por parte da imprensa especializada da época. Uma sala de espetáculos confortável e bem decorada, vigiada pelo busto de Almeida Garrett, que o incêndio do *Nacional* não conseguiu consumir, onde se lia uma faixa com a afirmação: “O *Nacional* continua”.

Escolheu-se um original português para a abertura da temporada. O primeiro aprovado pelo Conselho de Leitura do Teatro Nacional foi a peça tida como estreia profissional do dramaturgo Miguel Franco, já conhecido pelos lisboetas devido às passagens pela cidade com o teatro amador.

Faz-se a noite de abertura em um sábado, 6 de fevereiro de 1965. Dirigido por Pedro Lemos, com figurinos e cenários de José Barbosa e com os principais atores da Companhia Nacional, além da numerosa figuração requerida pelo texto, sobe ao palco o primeiro trabalho profissional de Miguel Franco nos teatros da capital do país.

Para a estreia da temporada, estavam presentes importantes homens do governo português, posto que fosse este um dos grandes responsáveis pelo financiamento da reforma do Teatro Avenida. Via-se na plateia, além do presidente Américo Tomás<sup>4</sup> e sua esposa, os ministros da Educação Nacional e das Corporações e ainda aquele que seria, futuramente, o sucessor político de Oliveira Salazar, o professor Marcello Caetano.

Lida a efeméride que abre o texto de Franco, a ação da peça transcorre em três atos bastante delimitados no que toca ao enredo. Em um primeiro, apresentam-se as personagens e os conflitos principais. Algumas personagens

---

<sup>3</sup> Por muito tempo, “o Teatro Nacional foi gerido por sociedades de artistas que, por concurso, se habilitavam à sua gestão. A mais duradoura foi a de Amélia Rey Colaço / Robles Monteiro que permaneceu no teatro de 1929 a 1964. Em 1964, o Teatro Nacional foi ‘palco’ de um brutal incêndio que apenas poupou as paredes exteriores. O edifício que hoje conhecemos, e que respeita o original estilo neoclássico, foi totalmente reconstruído e só em 1978 reabriu as suas portas.” (<http://www.teatro-dmaria.pt/Teatro/Historia.aspx>)

<sup>4</sup> Américo de Deus Rodrigues Tomás, da União Nacional, foi o último presidente (chefe de Estado) do Estado Novo Português, derrubado pela Revolução de 25 de Abril de 1974.

fazem a descrição do que teria sido o motim, que acabara de ocorrer, pelo ponto de vista das personagens das classes mais baixas e dos comerciantes do Porto. O clima é de festa, pois até o momento o povo parece ter conseguido o que queria, o fim do monopólio da Companhia sobre a venda dos vinhos produzidos pelos vinicultores da região.

No segundo ato, começam as consequências do levante. Por ordem de Sebastião José de Carvalho, está instalada uma alçada no Porto para interrogatório e julgamento dos amotinados. Há uma grande centralização do poder nas mãos do cruel escrivão José Mascarenhas, filho do presidente do tribunal, João Pacheco Pereira Vasconcelos. Alguns acusados são interrogados de forma brutal e outros são mesmo torturados.

No terceiro e último ato, os condenados aguardam a execução e o clima, lúgubre e funesto, em nada mais lembra os festivos homens do primeiro ato. São feitas referências a um “mundo ao contrário” e ao homem como “coisa com razão”, assim como ao destino dos que não se sujeitam ao poder totalitário. A peça termina com uma espécie de aforismo, que conclama a resistência: “Um homem sem medo não morre!” (FRANCO, 1965, p. 142).

No dia posterior, os jornais fizeram extensa louvação às performances dos atores, do encenador e ao texto de Miguel Franco, que foi chamado ao palco e recebeu os aplausos junto com a direção da companhia, na pessoa de Amélia Rey Colaço. Entre os atores mais citados pelas colunas dos periódicos dedicadas ao teatro estão Raul de Carvalho, como Tomas Pinto “cheio de vibração e de grandeza de alma”; Varela Silva, como a “violenta personagem do Dr. José Mascarenhas” ; Manuel Correia, como o Profeta, “um velho ébrio cheio de humanidade”; e, o mais enaltecido, Canto e Castro, como o Advogado Nicolau Araújo, que chega a ser aplaudido em cena aberta.

Ressalvando-se algumas críticas à “tessitura dramática” ou à encenação de Pedro Lemos, as expressões são uniformes em transmitir o êxito da apresentação. “Uma noite para entrar para a história do teatro” e “aplausos unânimes”, pelo **Diário da Manhã**. Um evento “destinado a um grande êxito de bilheteria”, conforme o **Diário de Lisboa**. Na coluna “Teatro Português”, do mesmo periódico, descreve-se a apresentação como um “conjunto muito

elevado”, que mereceu “muitos e demorados aplausos”. Alguns dias depois, Antonio Augusto Menano, em sua “Leitura de Teatro”, do **Jornal de Notícias**, da cidade do Porto, concede a Miguel Franco “um lugar na primeira fila dos nossos dramaturgos contemporâneos”.

J. Reis, na coluna “Primeiras Representações”, elogia como “um espetáculo digno, (que) certamente vai chamar público novo ao *Avenida* e agradar aos habituais frequentadores”. Em outra seção, o jornalista divulga: “**O Motim** representa-se todas as noites às 21 e 45, realizando-se no sábado a primeira tarde a preços reduzidos”.

No entanto, nem essa próxima apresentação, prometida a preços módicos, chegou a ser realizada, nem o “novo público” teve muitas oportunidades de ver a peça, pois, quatro dias depois, as apresentações foram brutalmente suspensas.

Tempos depois, um bilheteiro do Teatro Avenida contaria a Miguel Franco que, ao fim do espetáculo de estreia, o Presidente Tomás e os ministros de estado desciam a estreita escadaria que vinha dos camarotes quando Marcello Caetano disparou: “Então agora o governo subsidia motins?!”.

Às 14 horas do que seria o quinto dia de apresentações, sob o testemunho de atores que chegavam ao trabalho e de espectadores que aguardavam a abertura das bilheteria, a P.I.D.E. invadiu a casa de espetáculos, intimou os bilheteiros a suspenderem a abertura dos guichês, rasgou e confiscou os cartazes da peça.

Tornava-se claro que o conflito do tempo histórico da peça acabava por desvelar outros conflitos que, mesmo estando parcialmente sufocados, freiam por vir à superfície. Forçoso dizer que os interrogatórios conduzidos pelo desumano escrivão da alçada assemelhavam-se por demasia aos atozes inqueritos da P.I.D.E, assim como a situação da população portuense do século XVIII, calada pelos emissários de Sebastião José de Carvalho, aproximava-se muito da situação vivida pela plateia portuguesa na segunda metade do século XX.

Já de volta a casa, Miguel Franco recebe o telefonema da empresária do *Nacional* que solicitava sua presença com urgência em Lisboa, para tentar,



junto às instâncias oficiais, remediar a proibição. Porém, os mecanismos da censura estavam em desacordo. A peça, apesar de ter sido aprovada pelo Conselho de Leitura do Teatro Nacional, órgão independente da censura, estava agora proibida pela Censura Teatral e nada a faria voltar ao palco do *Nacional* ou do *Avenida*. Desabava então, pela segunda vez e mais pesadamente, a repressão sobre a arte de Miguel Franco. O próprio teatro foi fechado, sob o pretexto de que faltava ainda concluir as obras, e **O Motim** não mais voltaria ao *Avenida*.

A proibição foi profundamente sentida também pelos homens da cultura e da resistência ao regime salazarista. Num protesto, escrito e dirigido ao Ministro da Educação Nacional, citando Almeida Garrett, afirma-se que o teatro é índice do nível cultural de um povo e pede-se a “imediata abolição das restrições que pesam sobre Teatro Português” (Rebello, 1977, p. 162). Assinam o protesto mais de cem pessoas e, entre os nomes mais conhecidos, estão os de Luiz Francisco Rebello, Sttau Monteiro, Bernardo Santareno, José Cardoso Pires, Alves Redol, Rogério Paulo, Romeu Correia, Mario Soares, Natália Correia, Sophia de Melo Breyner Andresen, Álvaro Salema, Maria Teresa Horta, João Gaspar Simões, Alexandre Pinheiro Torres, Carlos de Oliveira, além do próprio Franco.

Nesse mesmo ano, a S.P.A., Sociedade Portuguesa de Autores, foi fechada e teve a sua sede depredada pela P.I.D.E por atribuir a José Luandino Vieira, escritor e ativista angolano, preso em Cabo Verde, o Prêmio Camilo Castelo Branco.

Dias depois, no periódico **Correio de Nisa**, Ruy Miguel fala em sua crônica, não mais sobre a peça, mas sobre o texto de Franco. Era comum uma peça ter a sua representação proibida, mas poder ser lida livremente<sup>5</sup>. Percebe-se ali uma forma de discordar da proibição da peça por meio de uma adesão ao ilusionismo histórico<sup>6</sup> proposto pela obra. Segundo o jornalista, o que se veria no texto seria apenas história, no passado, e, mesmo assim, o que ela nos diz é que um homem abusou da confiança nele depositada pelo

---

<sup>5</sup> Esse fato é mencionado por Rebello (1977, p. 21): “todos os anos se publicam (...) peças de alto nível artístico, às quais é todavia sistematicamente recusado o acesso ao palco”.

<sup>6</sup> Usa-se aqui a classificação proposta por Spang (1988).

governo. Mais elogios à “teatralização perfeita de um clima dramático”, mas apenas isso. E a peça demoraria mais vinte anos para voltar à cena.

A partir da década de 60, Miguel Franco envereda pela carreira de ator cinematográfico e faz diversas participações no cinema, várias delas em adaptações de romances neorrealistas. Estão em sua filmografia os filmes **Crime da Aldeia Velha** (1964) e **O trigo e o joio** (1965), ambos de Manuel Guimarães; **Domingo à tarde**, de Antonio Macedo (1966); **O cerco**, de Antonio da Cunha Telles (1970); **Lotação esgotada**, de Manuel Antonio (1972); **A fuga**, de Luis Felipe Rocha (1976); **O rei das berlengas** (1978) e **Manhã submersa** (1980), ambos de Lauro Antônio e **Vidas**, novamente com Antonio da Cunha Telles (1984).

Em 1973, Franco trabalha na publicação de **A legenda do cidadão Miguel Lino**, que recebe o Prêmio Almeida Garrett, do Ateneu Comercial do Porto. A peça é publicada pela Editora Inova, em uma coleção intitulada “Teatro para as Quatro Estações”, e recebe boas resenhas em periódicos e revistas, mas não chega a ver o palco. O TEP, Teatro Experimental do Porto, por duas vezes tenta a liberação da encenação, mas em vão. Amélia Rey Colaço tenta também a aprovação da peça para levá-la ao palco do Teatro Capitólio (o *Avenida* ruíra já em 1967, como o *Nacional*, sob as chamas de outro incêndio), mas nada alcança.

**A legenda do cidadão Miguel Lino**, peça que havia sido composta em 1969 e publicada em 1973, precisará esperar o 25 de abril para subir à cena. Só em 1975, com a encenação de Herlander Peyroteo a peça será apresentada no Teatro Maria Matos<sup>7</sup>.

A peça, além de fazer homenagem a personagens da infância de Franco, como o tocador de ocarina chamado Cecílio<sup>8</sup>, trata de um período bastante conturbado da história portuguesa, o das invasões francesas, no século XVIII.

---

<sup>7</sup> A construção do Teatro decorreu entre 1963 e 1969, com um projeto da autoria do Arquiteto Barros da Fonseca e abriu as suas portas a 22 de Outubro de 1969. Em 1982, o teatro foi adquirido pela Câmara Municipal de Lisboa. (<http://www.teatromariamatos.pt/gca/?id=21>)

<sup>8</sup> Referência ao Cecílio Flor, que aparece nos contos inéditos e não datados do autor.

No frontispício, é reproduzida uma das páginas escritas por Erwin Piscator, autor de **Teatro Político**<sup>9</sup>. Ela delata as intenções da peça e, certamente, de todo o teatro de Miguel Franco:

A missão do teatro de hoje não pode consistir apenas em relatar acontecimentos históricos apresentados tal e qual. Deve tirar desses acontecimentos lições válidas para o presente, adquirir um valor de advertência mostrando relações políticas e sociais fundamentalmente verdadeiras e, tentar assim, na medida de suas forças, intervir no curso da história (PISCATOR *apud* FRANCO, 1973, p.1).

Piscator, diretor e produtor judeu alemão nascido em 1893, parece exercer papel importante na concepção teatral de Franco.

Luiz Francisco Rebello (1973), na **Revista Colóquio Letras**, fala da grandeza do drama composto por Miguel Franco, nos seguintes termos: “dos mais ricos e apaixonantes da nossa literatura dramática contemporânea, não só pela urgência do tema como pelas suas virtualidades cênicas”. Mais uma vez, como já dissera o próprio Rebello, teatro para ser lido, mas, de acordo com a censura, impossível de ser encenado.

Franco trabalhou também em obras além das históricas. Algumas delas terminadas, outras que ficaram por finalizar, outras ainda que ficaram nos primeiros rascunhos.

Publicada em 1974, pela Sociedade Portuguesa de Autores, temos **Uma visita muito breve**, peça de teatro em um ato, que, com a presença do autor foi encenada na Escola Secundária Domingos Sequeira, na cidade de Leiria, onde Franco havia estudado, a então Escola Industrial e Comercial de Leiria.

Já em 1980, sai pela Moraes Editores, **O capitão de navios**, com o subtítulo de teatro de divertimento em 3 atos. É de se destacar nessa composição, a presença de um personagem “Narrador”, remetendo a um componente do teatro épico. **O capitão de navios** mereceu menção de Carlos Porto (1981). Apesar de já findo há anos o salazarismo, a reclamação de Porto no artigo em que procura fazer um balanço do teatro no ano de 1980,

---

<sup>9</sup> **Teatro Político** foi publicado no Brasil pela Civilização Brasileira em 1968.

assemelha-se muito às antigas queixas: ainda que muitas peças tenham sido escritas, poucas estão sendo encenadas. Além da de Franco, a que chama de comédia de costumes, o autor comenta peças de Romeu Correia, Jaime Gralheiro, José Abelaira e José Cardoso Pires.

Miguel Franco cultivou também a poesia e as narrativas curtas. Sua obra poética publicada resume-se ao volume de **Quinta-Feira e outros Poemas**, de 1962, publicado pela Coimbra Editora.

Ao contrário do que poderíamos esperar, seus poemas não são panfletários ou diretamente políticos, embora haja alguns mais diretos, como o “Estoico” cujos versos lembram as falas de personagens de **O Motim**. No poema, o eu-lírico ordena: “Não chores nunca, rapaz! / Se a ferida é funda, aguenta / Que o chorar só acrescenta / E aumenta / A fraqueza que isso faz!” (FRANCO, 1962, p. 50). Há também poemas do cotidiano, de desilusão amorosa e metapoemas.

Mas a vida de **O Motim** ainda não estava encerrada. Em, pelo menos, três grandes ocasiões ainda voltar-se-ia a fazer reverência à coragem do texto de Franco.

Após o 25 de abril, os jornais de Lisboa publicam integralmente um comunicado de Amélia Rey Colaço, em que ela anuncia a participação da Companhia em um movimento de “renascer do Teatro Português das cinzas da censura”. Essa participação se materializaria por meio de um “desagravo” dirigido a todos os atores que, durante os anos de ditadura, passaram pela companhia e foram prejudicados pelo autoritarismo do governo, à própria Companhia Rey Colaço – Robles Monteiro, aos homens que oficialmente haviam autorizado a encenação de uma peça, depois retirada brutalmente de cartaz, e, principalmente, ao autor da uma peça, de “valor incontestável” injustamente perseguido e censurado.

Amélia Rey Colaço cita no comunicado uma dezena de peças para as quais propusera sistematicamente a montagem, mas sempre lhe fora negada a possibilidade. Entre as proibidas, ela destaca duas de Brecht, duas de Bernardo Santareno, além de outras de Stau Monteiro e Natália Correia. Porém, nesse momento de abertura política, em que assumia a direção do país

a Junta de Salvação Nacional, a Companhia escolhe levar ao palco a emblemática voz daqueles que se recusaram a calar diante dos arbútrios do poder totalitário. Pouco mais de um mês após a Revolução dos Cravos, voltava ao palco **O Motim**, de Miguel Franco.

Em agosto de 1975, um segundo projeto leva a peça de Franco a um público muito mais amplo que o do teatro. A divisão de Teatro da RTP do Norte, nas mãos do realizador e membro do Teatro Experimental do Porto, Correia Alves, encena um teleteatro com o texto de **O Motim**. A escolha da obra de Franco se deu por duas razões, segundo o diretor. Primeiro, por ser assunto do Porto, segundo por ser “muito atual, pois sendo uma coisa que se passou há duzentos anos, é um assunto que ainda não está resolvido (...) é um grito do povo contra as coisas estabelecidas e que estão erradas”<sup>10</sup>.

E, por fim, em 15 de julho de 1985, quase vinte anos depois dos vergonhosos acontecimentos que sucederam a estreia de **O Motim**, no Teatro Avenida, a peça volta a ser encenada por ocasião das homenagens prestadas a Miguel Franco, em Leiria.

A Câmara Municipal, considerando justa a homenagem a um homem que prestou grandes serviços à cultura da cidade, planeja uma série de eventos ligados à vida, à obra e às contribuições de Franco à cultura leiriense e portuguesa.

Entre os dias 7 e 31 de julho de 1985, no teatro José Lúcio da Silva, com entradas francas, são projetados os filmes dos quais Franco participara como ator. São apresentados **Domingo à tarde**, **O cerco**, **O rei das Berlengas**, **Manhã submersa**, **A culpa** e **Vidas**. Uma exposição sobre as relações de Franco com a sua cidade é organizada no átrio do mesmo teatro.

Já na sala de conferências da Região de Turismo de Leiria, são apresentadas várias palestras que têm o trabalho de Miguel Franco como objeto. Os diretores dos filmes acima referidos, Antonio Cunha Telles, Antonio Campos e Lauro Antonio realizam a conferência **O cinema português contemporâneo**, tendo João Guerreiro como moderador.

---

<sup>10</sup> Entrevista de Correia Alves a A.S. do periódico **Tele-Semana**, de 22 de agosto de 1975.

Com a participação do crítico, dramaturgo e tradutor teatral, Carlos Porto, do crítico, escritor, encenador e professor Jorge Listopad e do ator Mario Jacques, membro da Companhia do Teatro Nacional que encenara **O Motim**, no *Avenida*, em 1965, uma outra conferência tratava do papel de Miguel Franco na dramaturgia portuguesa.

Por fim, relevantes nomes do teatro português amador e profissional trataram do papel de Franco como animador cultural. O próprio dramaturgo participou desse último evento.

O **Jornal de Leiria** dedicou uma edição única e especial aos eventos de julho de 1985, em que se destacam comunicados de Luiz Francisco Rebello, Jorge Listopad, José Valentim Lemos, além de uma entrevista que Franco concedeu a João Guerreiro e os relatos de Carlos Fragateiro sobre os acontecimentos que envolveram a encenação de **O Motim**.

Em 1985, como num eterno retorno, um texto de Miguel Franco volta ao mesmo espaço da Igreja da Pena, no Castelo de Leiria. Esse seria, sem dúvida, o ponto alto das homenagens ao dramaturgo leiriense. Em montagem do TELA, Teatro Experimental de Leiria, sob a direção artística de Carlos Fragateiro, que viria a ser diretor do *D. Maria II* e professor da Universidade de Aveiro, **O Motim** volta ao palco, dessa vez na cidade natal de seu autor. Interessa ressaltar que a menção de Fragateiro ao texto, no **Jornal de Leiria**, traz mais uma vez, a questão da história como elemento didático e representativo do presente, pois, diz o diretor que, hoje, “novos Mascarenhas constroem, custe a quem custar, novas teias” semelhantes às construídas no passado.

Assim como o teatro de Franco voltava a Leiria, o enredo da sua mais importante peça voltava a assumir novos significados, ainda que à revelia de seu autor. Perceber esse “eterno retorno” é, como que, uma maneira de aprender com o passado. Apesar de a história não se repetir literalmente, os conflitos humanos e sociais voltam a ocorrer por motivos, às vezes, semelhantes. Assim, o entendimento dos eventos do presente pode ser alcançado por meio da reflexão proporcionada pelo teatro histórico. Essa é uma das propostas do teatro de Miguel Franco

Nessa última montagem, assiste-se, em derradeira oportunidade, a participação de Miguel Franco como a personagem José Fernandes da Silva, o Juiz do Povo, alcunhado de “Lisboa”.

Completava-se assim parte da história desse leiriense, nascido em 14 de abril de 1918. Trajetória repleta de ação cultural, mas também de participação política, por certo, em muitas oportunidades, elementos indissociáveis.

Irmão mais novo de um membro do núcleo clandestino de implantação da república, Franco fez parte do Grupo de Apoio ao Partido Comunista, organização estruturada de combate clandestino ao regime salazarista. Foi membro também da SEDES (Associação para o Desenvolvimento Econômico e Social), esperando que Marcelo Caetano tivesse a força necessária para formar um governo de centro e acabar com o fascismo. Porém, com o desgosto da guerra colonial, rapidamente se desencantou com a organização. Participou ainda do Movimento Democrático Português, ligado ao Partido Comunista e, depois da revolução, ao Partido Socialista.

Além disso, um humanista, no sentido de um homem voltado ao espírito literário e democrático. Intitulava-se “ateu militante de combate”, apesar de privar de excelentes relações com o clero de Leiria, a quem dizia que “no dia em que comesse a ser crente, era o ‘sinal’ da existência de Deus”.

Franco veio a falecer em 19 de fevereiro de 1988, em Queluz. Em 2003, ao centro cultural construído na cidade de Leiria é dado o nome de Teatro Miguel Franco.

Nessas anotações biográficas, estão resumidos os motes que impulsionam a vida de Franco, não só como dramaturgo e ator, mas também como cidadão: a cultura é parte integrante e indispensável na vida de um país, mas que ela seja, sempre, motivada e pautada pela realidade social e histórica, que nela encontre o seu ponto de partida, mas que a ela volte e lá interfira e, assim, contribua com a sua evolução. Sem dúvida um homem de teatro, talvez não na acepção ordinária do termo, designando um profissional da categoria ou estudioso da dramaturgia. Mas sim um homem que não conseguia se ver sem o teatro, nem conseguiria reconhecer um país sem ele, embora tenha sofrido,

como que parafraseando Garrett, a ausência de civilização necessária ao seu desenvolvimento.

### **Bibliografia**

FRANCO, Miguel. **Quinta-Feira e outros poemas**. Coimbra: Editora Coimbra, 1962.

FRANCO, Miguel. **O Motim**. 2ª edição. Lisboa: Europa-América, 1965.

FREDERICO, Celso. **Lukács, um clássico do século XX**. São Paulo: Moderna, 1997.

PORTO, Carlos. O teatro desde a presença. In.: LOPES, Oscar; MARINHO, Maria de Fátima (dir.). **História da Literatura Portuguesa**. Lisboa: Alfa, 2002, v. 7, p. 556 a 573.

PORTO, Carlos. “Balanço do ano literário de 1980 em Portugal / O texto teatral”. In: **Revista Colóquio/Letras**. Balanço, n.º 60, Mar. 1981, p. 46-51.

REBELLO, Luis Francisco. **Combate por um teatro de combate**. Lisboa: Seara Nova, 1977.

REBELLO, Luiz Francisco. “Recensão crítica a Legenda do Cidadão Miguel Lino, de Miguel Franco” In: **Revista Colóquio/Letras**. Recensões Críticas, n.º 16, Nov. 1973, p. 83-84.

REBELLO, Luiz Francisco. **100 anos de Teatro Português (1880-1980)**. Porto: Brasília Editora, 1984.

SPANG, Kurtis (ed.). **El drama histórico**. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra S.A., 1998.

<http://miguel-lino.blogspot.com/>

Recebido em: 31-mai Aprovado em: 30-jun
---